



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**2ª Câmara de Coordenação e Revisão**

**VOTO Nº 2446/2015**

**PROCEDIMENTO MPF Nº 1.19.000.000376/2015-81**

**ORIGEM: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MARANHÃO**

**PROCURADOR OFICIANTE: MARCÍLIO NUNES MEDEIROS**

**RELATOR: JOSÉ ADONIS CALLOU DE ARAÚJO SÁ**

**MATÉRIA:** Notícia de Fato instaurada para apurar possível crime de estupro de menor no interior do Campus da Universidade Federal do Maranhão por vigilante de empresa contratada por aquela instituição de ensino superior. Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Nos termos do art. 327, § 1º, do Código Penal, em se tratando de prestador de serviços à administração, a equiparação somente ocorre se a atividade for típica da administração pública, o que não acontece no caso concreto, em que o suposto autor desenvolvia atividades de vigilância. Ausência de efetiva lesão a bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades. Inexistência de elementos capazes de legitimar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio ao Ministério Público Estadual.

**HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES**  
**AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**

Não ocorrendo, com a infração penal, prejuízo a bem, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, não se firma a competência da Justiça Federal, e, conseqüentemente, falece atribuição ao Ministério Público Federal para atuar no caso. Inteligência do art. 109, inc. IV, da CF.

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, atenta ao que consta dos autos, HOMOLOGA O DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES, acolhendo, como razões de decidir, os fundamentos invocados pelo membro do Ministério Público Federal, às fls. 14/15.

Devolvam-se os autos à origem, com nossas homenagens, para remessa ao Ministério Público Estadual.

Brasília/DF, 22 de abril de 2015.

**José Adonis Callou de Araújo Sá**

Subprocurador-Geral da República

Titular – 2ª CCR

/LC.